

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

- 1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada para reforma e readequação do prédio do Alojamento masculino do Campus Confresa/MT, integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT. O complexo arquitetônico do Alojamento Masculino compreende uma área construída de 783,16m² e a área total do telhado é de 910,03 m².
- 1.2 A contratação contempla o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários, conforme informações constantes neste Projeto Básico e seus anexos.
- 1.3 A mídia contendo os projetos executivos e memoriais descritivos necessários à elaboração da proposta e à execução dos serviços deve ser retirada junto à Coordenação de Compras e Licitação, do IFMT/*Campus* Confresa, localizado na Av. Vilmar Fernandes, n.º 300, Setor Santa Luzia, Confresa/MT - CEP: 78.652-000, em data e horário previamente agendados pelos telefones (66) 3564-2602 ou 3564-2604.

2. OBJETIVO/JUSTIFICATIVA

- 2.1 Considerando a necessidade de realizar melhorias estruturais para propiciar condições dignas de moradia para os alunos internos, a execução deste serviço de engenharia possibilitará a efetivação do aperfeiçoamento nas condições de permanência dos discentes, mediante a readequação das redes elétricas, telhado, hidráulicas e das instalações sanitárias. Logo, é extremamente necessária a reforma e readequação do prédio do Alojamento masculino, que apresenta infiltrações e problemas estruturais que comprometem a conservação do patrimônio público, bem como a segurança da comunidade escolar que reside neste ambiente. Importante enfatizar que a realização de tais serviços somente é possível com a contratação de empresas com mão de obra especializada de engenharia, a qual esta Instituição de Ensino não dispõe no seu quadro de pessoal.
- 2.2 A reforma do alojamento trará significativa evolução na qualidade de vida e de aprendizado dos 39 alunos internos do *Campus* Confresa. Também permitirá melhorar e ampliar o atendimento à alunos oriundos de outros municípios.
- 2.3 A modalidade adotada para o processo licitatório deverá ser a modalidade **Tomada de Preços**, do tipo **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

3. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 O Objeto a ser adequado:

- 3.1.1 Item 1. Reforma e adequação do Alojamento Masculino
Área construída de 783,16m² e a área total do telhado é de 910,03 m².
- 3.2 Os serviços deverão ser executados conforme Projetos Executivos e Memorial Descritivo;
- 3.3 A obra só se dará por concluída após o término de todos os serviços especificados: Demolições e retiradas, revestimentos, demolição e instalação de pisos, forros, esquadrias, pintura, instalações hidrossanitária, equipamentos sanitários, bancadas, revisão geral, inclusive a retirada de eventuais entulhos e completa limpeza de todas as áreas trabalhadas.

4. DO CUSTO ESTIMADO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
Fls: _____

- 4.1** O custo estimado para a execução dos objetos deste Projeto Básico é de **R\$ 161.180,05 (Cento e sessenta e um mil, cento e oitenta reais e cinco centavos)**, conforme detalhamento constante na Planilha de Custos – Anexo I-B.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1** A despesa orçamentária com a execução dos serviços de que trata o objeto deste Projeto Básico correrá à conta do orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo, sendo o empenho do tipo global.
- 5.1.1** Gestão/Unidade: 26414/158496
- 5.1.2** Fonte: 100
- 5.1.3** Programa de Trabalho: 108872
- 5.1.4** Elemento de Despesa: 339000

6. LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA

- 6.1** O local de execução dos serviços será no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, especificamente no *Campus* Confresa, situado a Av. Vilmar Fernandes, n.º 300, Setor Santa Luzia, no município de Confresa/MT.

7. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 7.1** Todos os trabalhos deverão ser executados com mão-de-obra qualificada, devendo a licitante vencedora obedecer às normas técnicas da ABNT, das recomendações dos fabricantes, das normas da SEAP/MPOG.
- 7.2** Antes do início das obras a empresa responsável pela execução dos serviços deverá anotar no CREA-MT a responsabilidade pelo Contrato e pela execução de todos os serviços contratados e entregar uma via original da ART ao IFMT/*Campus* Confresa.
- 7.3** Durante toda a vigência do contrato, a CONTRATADA indicará um preposto devidamente qualificado e legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso (CREA-MT) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-MT) para acompanhar diretamente a execução dos serviços.
- 7.4** O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior à 5 (cinco) anos (Art. 618 da Lei n. 10.406/2002 – Código Civil), contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido pela Comissão de Engenharia do IFMT.
- 7.5** A contratada deverá ainda, entregar uma cópia da matrícula da obra no INSS (CEI) à Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contados do início das atividades. O recebimento definitivo da obra ficará condicionado à apresentação do documento, descrito no item acima.

8. DOS PRAZOS E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1** O prazo de vigência do contrato é de 05 (cinco) **meses corridos**, contados a partir da sua assinatura.
- 8.2** O prazo para execução dos serviços de engenharia é de 03 (três) **meses corridos**, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
FIs:

- 8.3** O prazo previsto no item 8.2 poderá ser excepcionalmente prorrogado quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**, e mediante comprovação técnica do motivo e da necessidade, aceita pela Administração do IFMT/*Campus* Confresa.
- 8.4** Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Comissão de Fiscalização de serviços de engenharia local do IFMT/*Campus* Confresa, designada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa da contratada, bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo Termo Aditivo.
- 8.5** A contratada deverá prever em sua proposta o ônus da decisão de utilizar ou não horas extras, pois tal decisão não poderá ser usada de base para pedidos de acréscimos, reposições ou qualquer forma de ressarcimento por parte da Contratante.
- 8.6** A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 8.7** Os serviços ora contratados serão acompanhados, fiscalizados e atestados conforme determina a Portaria IFMT n.º 325 de 24/09/2014, pela Comissão de Fiscalização de serviços de engenharia local, designada pelo Diretor Geral do IFMT/*Campus* Confresa, juntamente com a Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras do IFMT observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato, anotando, inclusive em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 67 da Lei 8.666/93.
- 8.8** A Comissão de Fiscalização de serviços de engenharia local do IFMT será responsável, além do exposto no subitem 8.4, por:
- a) Supervisionar a execução dos serviços;
 - b) Estabelecer metodologia para medições, de acordo com o cronograma físico e financeiro;
 - c) Fazer cumprir todas as cláusulas contratadas atendendo as especificações, prazo, valores e demais condições acordadas na proposta;
 - d) Fazer as anotações em registro próprio de toda ocorrência relacionada a execução do contrato;
 - e) Solicitar autorização a autoridade competente as alterações de serviços contratuais, por meio de justificativa fundamentada;
 - f) Formalizar os termos aditivos, com as devidas justificativas;
 - g) Abrir processo administrativo para aplicação de sanções administrativas;
 - h) Notificar a empresa da intenção do IFMT em aplicar as sanções;
 - i) Receber as alegações de defesa da empresa vencedora da contratada, previstas no presente Termo de Referência e no Edital de Licitação;
 - j) Julgar as alegações de defesa visando a legalidade, razoabilidade e proporcionalidade do processo;
 - k) Providenciar as sanções, se julgadas pertinentes, as quais serão homologadas e aplicadas pelo Ordenador de Despesa;
 - l) Atestar as notas fiscais e
 - m) Outras medidas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.
- 8.9** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 8.10** A CONTRATANTE reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
Fis:

- 8.11** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 8.12** A CONTRATADA deverá submeter previamente à aprovação da Fiscalização eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- 8.13** A Comissão de Fiscalização de serviços de engenharia local, deverá também anotar no Diário de Obra, a ser fornecido pela licitante vencedora, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 8.14** A Fiscalização, através de vistorias, ocorrerá em intervalos máximos de 07 (sete) dias corridos ou sempre que houver necessidade.
- 8.15** As vistorias serão efetuadas pela Comissão de Fiscalização de serviços de engenharia local, ou por engenheiro por ela designado, acompanhado pelo engenheiro da contratada.
- 8.16** A Fiscalização, deverá responder aos questionamentos e solicitações da CONTRATADA, em prazo máximo de 05 dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, desde devidamente justificados;
- 8.17** A CONTRATADA só poderá solicitar recebimento provisório após a execução de todos os serviços, aplicação de todos os materiais, instalação e teste de todos os equipamentos sobre sua responsabilidade, bem como a apresentação de toda documentação necessária.
- 8.18** Ao dar por encerrado o seu trabalho, a CONTRATADA comunicará à FISCALIZAÇÃO solicitação de vistoria para entrega dos serviços de engenharia ora contratados. Após a realização desta vistoria, a qual terá prazo de 15 (QUINZE) dias úteis após a solicitação, a FISCALIZAÇÃO lavrará TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO onde assinalará as falhas que porventura ainda tenham ficado pendentes de solução e o prazo para sua correção. Estas falhas deverão estar sanadas quando da lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, nos termos do Código Civil brasileiro. A CONTRATADA corrigirá os vícios redibitórios à medida que se tornarem aparentes.
- 8.19** Caso a FISCALIZAÇÃO julgue que os serviços estão sem condições para o recebimento provisório o prazo para término dos serviços não será interrompido e a CONTRATADA deverá solicitar nova vistoria, quando os serviços de engenharia deverão apresentar condições para tal.
- 8.20** O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que a contratada tenha sanado todas as falhas assinaladas no Termo de Recebimento Provisório e efetue a entrega do "Habite-se", e os projetos de "as built".
- 8.20.1** Deverá entregar no prazo de até 15 (quinze) dias, após o fim dos serviços de engenharia, o "as built" para a contratante;
- 8.20.2** Os desenhos "as built" deverão ser gerados em AutoCad, em versão atual, padronizados nos formatos A1, A1 alongado, A2, A3 ou A4, em escalas compatíveis com a clareza desejada, e em correspondência com o tipo de desenho a ser executado.
- 8.21** A lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concebidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 8.22** A FISCALIZAÇÃO deverá esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
Fis:

fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos e analisar os projetos, relatórios e medições fornecidos pela CONTRATADA.

9. DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO

- 9.1** Obedecido ao cronograma físico-financeiro apresentado, a contratada solicitará à Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras do IFMT a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela fiscalização, a contratada apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo IFMT/*Campus Confresa*.
- 9.2** As medições serão realizadas de acordo com a sua execução, respeitado o cronograma físico financeiro, e acompanhadas das memórias de cálculo de levantamento das quantidades realizadas, com as dimensões de cada parte ou trecho do item medido, indicação dos locais de sua aplicação e respectivo relatório fotográfico.
- 9.3** Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras do IFMT.
- 9.4** O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual foi emitida a Nota Fiscal, que deverá ser o mesmo habilitado na licitação.
- 9.5** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.
- 9.6** O pagamento das parcelas será efetuado até 30 (TRINTA) dias após ateste na Nota Fiscal, pela Comissão de Fiscalização de serviços de engenharia local, de que os serviços foram realizados.
- 9.7** Por ocasião dos pagamentos, deverá ser observado, ainda, se a licitante vencedora se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema da seguridade social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1** Entregar o objeto desta licitação, de acordo com as especificações do edital e seus anexos;
- 10.2** Designar um profissional para acompanhar e fiscalizar o serviço, que atuará como facilitador entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, cabendo-lhe gerir todas as obrigações;
- 10.3** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes;
- 10.4** Executar os serviços conforme especificações e projetos entregues pela Fiscalização designada pelo IFMT/*Campus Confresa* e obedecer rigorosamente, as normas da ABNT, prescrições e recomendações de fabricantes, as normas do CREA-MT e outros regulamentos e normas vigentes.
- 10.5** Nenhuma alteração se fará em qualquer especificação ou projetos, sem a autorização da Fiscalização designada pela IFMT/*Campus Confresa*.
- 10.6** Qualquer dúvida nos projetos, a empresa deverá consultar a Fiscalização, e caso permaneça a dúvida deverá ser consultado o autor do projeto.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
FIs:

- 10.7** Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- 10.8** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao IFMT/*Campus* Confresa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a presença da fiscalização ou o acompanhamento dos serviços pelo IFMT/*Campus* Confresa.
- 10.9** Responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração, por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço, bem como por todas as despesas diretas e indiretas com pessoas utilizadas nos compromissos assumidos, que não gerarão qualquer vínculo empregatício com o IFMT/*Campus* Confresa.
- 10.10** Quaisquer inadimplências, referentes aos encargos estabelecidos nas condições dos subitens acima, não transfere ao IFMT/*Campus* Confresa a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.
- 10.11** Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93.
- 10.12** Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, conforme o que estabelece o art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 10.13** Observar as leis, os decretos, os regulamentos, as portarias e as normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;
- 10.14** Manter sigilo, não reproduzir, não divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do IFMT/*Campus* Confresa ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;
- 10.15** Todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução dos serviços, bem como seus respectivos encargos sociais serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.16** A contratada deverá fornecer e conservar os equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços, devendo a licitante vencedora obedecer às normas técnicas da ABNT e/ou INMETRO, as recomendações dos fabricantes, e das orientações constantes neste Projeto Básico e seus anexos ou ainda, das informações prestadas pela Fiscalização.
- 10.17** Todos os trabalhos deverão ser executados com mão-de-obra habilitada, qualificada e compatível com o grau de especialização de cada serviço, de modo a reunir permanentemente uma equipe homogênea e suficiente, a fim de garantir a conclusão dos serviços dentro do prazo fixado e com a qualidade desejada.
- 10.18** Manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato.
- 10.19** Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução dos serviços de engenharia, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;
- 10.20** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, sem que isto implique em qualquer ônus adicional para a contratante.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
Fls:

- 10.21** Entregar a cópia da matrícula da obra no INSS (CEI) à Administração, em até 30 (trinta) dias do início das suas atividades, à CONTRATANTE, nos termos do artigo 49 §1º da Lei 8212/91.
- 10.22** Apresentar o Alvará de Construção, obtido na Prefeitura Municipal de Confresa, antes do início da execução do objeto.
- 10.23** A obrigação de apresentar, ao final dos serviços de engenharia a certidão de “Habite-se”, e ainda todas as licenças necessárias, como a do Corpo de Bombeiros.
- 10.24** A contratada deverá priorizar o atendimento as disposições que faz referências às normas regulamentadoras de segurança e Medicina do trabalho, especificamente a NR18, devidamente comprovada das documentações abaixo relacionadas:
- 10.25** Comunicação prévia dos serviços de engenharia junto à representação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego local, imediatamente após receber autorização para seu início, emitida pela Fiscalização do IFMT/*Campus* Confresa ou pela Contratante quando couber;
- 10.26** Registros funcionais dos trabalhadores contratados para os serviços – da carteira de trabalho – caracterizando o vínculo empregatício;
- 10.27** **Atestados de saúde ocupacional dos trabalhadores dando ênfase para cada uma das funções contratadas**, em especial, dos trabalhadores que atuam em condições de alturas, manipulação de substâncias químicas diversas e de escavações profundas;
- 10.28** Exames médicos periódicos dos trabalhadores e cópias dos exames médicos admissionais e demissionais;
- 10.29** **Termos individualizados de recebimentos dos equipamentos de proteções individuais e dos certificados de aprovação desses equipamentos emitidos por órgãos competentes;**
- 10.30** Comprovantes dos treinamentos de segurança e dos socorros de emergências ministrados por profissionais habilitados para trabalhadores da contratada e da subcontratada;
- 10.31** Plano de trabalho para as diversas fases de execução dos serviços de engenharia com aplicativos dos métodos de proteção individual e coletiva dos trabalhadores, priorizando àqueles que serão executados em condições de alturas e de fundações profundas;
- 10.32** No que couber, do Programa de Condições de Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil (PCMAT), atendendo as disposições da NR 18;
- 10.33** No que couber do Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais (PPRA) da NR 9;
- 10.34** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), atendendo as disposições da NR 7 e NR 18;
- 10.35** Máquinas e equipamentos necessários à execução de serviços de engenharia, particulares ou locados, deverão estar acompanhados de pareceres e garantias, quanto aos procedimentos – programa, periodicidade e outros - de manutenção, manuseio e uso seguro. Os documentos deverão ser redigidos especificamente com a inclusão de detalhes técnicos e de manutenção devidamente assinados por responsáveis técnicos habilitados;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
FIs:

- 10.36** Conjuntos de andaimes de tipos variados, escadas e rampas, - elementos imprescindíveis à execução dos serviços de engenharia -, deverão ter uso, estabilidade e segurança garantidos por meio de declaração assinada por responsável técnico habilitado acompanhada de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA) – e fundamentada na NR 18 e em outras normas correlatas. A declaração deverá conter informações sobre a responsabilidade técnica pelas montagens e desmontagens desses dispositivos auxiliares;
- 10.37** Conjuntos de solda e corte, elétrica e oxiacetileno, respectivamente, deverão estar acompanhados de garantias quanto aos procedimentos de manutenção, manuseio e uso seguro, inclusive dos testes hidrostáticos dos cilindros e dos manômetros;
- 10.38** Equipamentos de guindar, transportadores de materiais e de trabalhadores, deverão ter garantias quanto à montagem, estabilidade, uso, manutenção e desmontagem, emitido por profissional habilitado com ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – devidamente assinada e quitada. As garantias deverão obedecer às disposições da NR 18 e demais normas correlatas, enfatizando plano de revisão, manutenção e capacidade de carga;
- 10.39** Convenção coletiva da categoria de trabalhadores – vigente - e caderneta de vacinação – indicada pelo profissional responsável pela área de saúde - atualizada de todos os trabalhadores;
- 10.40** Na ocorrência de acidentes, cópias das comunicações dos acidentes de trabalho (CAT) devidamente analisadas, concluídas e assinadas por profissional habilitado;
- 10.41** Plano de pronto atendimento para socorros de emergências e de combate a incêndios, com indicativos de treinamentos realizados e responsáveis pelas intervenções.
- 10.42** A CONTRATADA deverá tomar todas as precauções e zelar permanentemente para que suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente com o tráfego nas vias públicas que utilizar ou nos imóveis que estejam localizados nas proximidades da execução dos serviços de engenharia. A CONTRATADA se responsabilizará por todos os danos causados a terceiros e aos bens públicos.
- 10.43** A CONTRATADA deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução dos serviços de engenharia (pavimentações, calçamentos, outros.) e os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública deverão ser removidos imediatamente pela CONTRATADA, sob suas expensas.
- 10.44** A CONTRATADA deverá remover o entulho, lixo e todos os materiais que sobraem, **acondicionando em caçambas próprias para retirada, promovendo a limpeza do local de execução dos serviços de engenharia**, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final, dando destinação para lugares apropriados e que não causem prejuízos ao meio ambiente de acordo com a resolução **CONAMA 307/ 2002 e CONAMA 448/2012**.
- 10.45** É vedado à contratada o uso de amianto nas construções da Instituição, conforme Portaria nº 43 de 28/01/2009 do Ministério do Meio Ambiente.
- 10.46** Fornecer e manter, no local da realização do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios;
- 10.47** Apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE;
- 10.48** Apresentar a garantia de execução contratual, nos prazos estipulados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1** Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário e identificados, desde que devidamente uniformizados.
- 11.2** Atestar as faturas correspondentes em até 05 (cinco) dias úteis, desde que os serviços tenham sido efetuados a contento.

- 11.3** Efetuar o pagamento da CONTRATADA conforme previsto em Contrato.
- 11.4** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora;
- 11.5** Acompanhar e fiscalizar o andamento da execução dos serviços de engenharia, por intermédio de Comissão para tanto formalmente designada;
- 11.6** Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo IFMT/*Campus Confresa* ou com as especificações constantes do Edital.
- 11.7** Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no Edital.

12. DA PROPOSTA

- 12.1** Para composição da proposta, a empresa licitante, deverá também encaminhar as seguintes documentações:
- a) Planilha de Custos Quantitativa Detalhada, com todos os preços unitários que levaram à determinação do preço global ofertado, conforme Edital;
 - b) Cronograma Físico-Financeiro detalhado correspondente;
 - c) Tabela de detalhamento da composição do BDI e dos respectivos percentuais praticados;
 - d) Tabela dos encargos sociais.
- 12.2** A licitante deverá se abster de lançar em suas planilhas de custos o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, em face da proibição contida no item 9.1 do Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 950/2007 – Plenário, e na Orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP aos Ministérios na Mensagem SIASG/COMUNICA nº 037226, de 12/06/2007, e ainda no Acórdão n. 325/2007-Plenário/TCU.
- 12.3** Do mesmo modo estão vetados a inclusão dos itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização na composição do BDI, conforme Acórdão n.º 2369/2011 – Plenário/TCU.

Acórdão 2369/2011 – Plenário/TCU

(...)

9.1.1 os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do LDI, tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e pessoalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante;

9.1.2. Os itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização, visando a maior transparência, devem constar na planilha orçamentária e não no LDI;(...)

13. DA GARANTIA

- 13.1** O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze dias) após a assinatura do Termo de Contrato, será exigida da empresa vencedora a prestação de garantia para cumprimento do contrato, em favor do IFMT/*Campus Confresa*, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, deverá abranger um período mínimo de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades:
- a) caução em dinheiro;
 - b) títulos da dívida pública da União;
 - c) fiança bancária;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
FIs:

d) seguro garantia.

13.2 A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela contratada referente a:

13.2.1 Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.2.3 as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada; e

13.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

13.3 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.4 Após o cumprimento fiel e integral do contrato e recebimento definitivo do seu objeto, a CONTRATANTE devolverá à CONTRATADA a garantia mencionada no item 13.1 deste Projeto Básico.

14. DAS SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

14.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2 Multa moratória de até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.2.2.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

14.2.2.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.3 Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

14.3 A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

14.4 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

14.5 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

14.6 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
Fls: _____

- 14.6.1** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.6.2** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.6.3** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.7** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.8** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.9.1** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.10** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 14.11** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1** O CONTRATANTE poderá, sem ônus decorrente, aceitar modificações propostas pela CONTRATADA, com vistas ao aperfeiçoamento e exequibilidade do objeto licitado, no advento de algum fato novo ou qualquer imprevisto, as quais serão analisadas pelo IFMT/*Campus Confresa*.
- 15.2** A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos limites estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.
- 15.3** Não será permitida a subcontratação
- 15.4** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso durante a vigência do contrato.

Esse Projeto Básico foi elaborado pela Comissão designada por meio da Portaria n.º 194 de 30/08/2017 e revisado em 31/10/2017, após Parecer 242/2017/PFE-IFMT/PGF/AGU.

Dhanny Fernanda Ferreira de Freitas:
Presidente

Valdemar Onofre Neto:
Membro

Edna Lúcia Sousa Cruz:
Membro

Aprovo o presente Projeto Básico e autorizo continuidade do Processo. Desde que se obedçam às formalidades legais, bem como as estabelecidas neste Projeto Básico.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CONFRESA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

IFMT
Fls:

Confresa-MT, 31 de outubro de 2017

Aldemira Ferreira da Silva
Diretora Geral – Substituta do IFMT/*Campus* Confresa
ORDENADOR DE DESPESA